

FUP cobra retorno de conquistas para prestadores de serviço



A FUP retomou no dia 16/09, as reuniões temáticas com a Petrobrás e suas subsidiárias para apresentação da pauta da categoria para o próximo Acordo Coletivo de Trabalho. A reunião abordou as reivindicações referentes à prestação de serviço, tendo como eixo central a cobrança pelo retorno de conquistas que vigoraram no ACT entre 2013 e 2019, como a comissão de negociação permanente, a primeirização da atividade de fiscalização de contratos e o fundo garantidor para proteger os trabalhadores dos calotes e descumprimentos de direitos por parte das empresas contratadas.

A reunião foi iniciada com um minuto de silêncio pelo falecimento do técnico de segurança da

Petrobrás, Plínio Marcos Silva de Oliveira, afastado desde 2024 por questões de saúde mental. Ele trabalhou durante muitos anos no Norte Fluminense e havia sido transferido para a Bacia de Santos. O coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, cobrou uma maior efetividade dos programas da empresa relacionados à saúde mental dos trabalhadores, ressaltando que, apesar dos avanços importantes dos últimos anos, é preciso melhorar os canais existentes.

A ausência do SMS na reunião foi criticada, com destaque para o fato dos prestadores de serviço serem as principais vítimas da insegurança no Sistema Petrobrás, representando 85% das mortes por acidentes de trabalho. São

também esses trabalhadores os mais impactados pela precarização, assédio e violência no ambiente de trabalho. A FUP reforçou a importância da redução do fosso entre os trabalhadores próprios e contratados e que os direitos dos que prestam serviço para a estatal sejam protegidos.

Uma das principais reivindicações é a volta do fundo garantidor, como era previsto nos ACTs, entre 2013 e 2019, para dar segurança aos contratados de que receberão o pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias, protegendo-os, assim, dos calotes praticados pelas empresas. E também, que sejam feitas mudanças estruturais no processo de contratação das prestadoras de serviços, dando maior ênfase aos aspectos tra-

balhistas, sociais, econômicos, técnicos e de SMS. O objetivo é garantir que a escolha do contrato leve em conta a qualidade da prestação de serviço e não critérios que priorizem o menor preço. A cláusula do ACT prevê ainda que a fiscalização de contratos seja realizada exclusivamente por empregados próprios do Sistema Petrobrás, garantindo que as obrigações trabalhistas e as normas de SMS sejam cumpridas.

As reuniões temáticas continuam até o dia 1/10, com a apresentação das reivindicações econômicas (salários e benefícios), as relacionadas à AMS e à Petros, além da pauta de SMS e a de transição energética.

Zema deseja privatizar a Copasa sem ouvir mineiros



Contra a vontade do povo mineiro, voltou a tramitar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a chamada “PEC do Cala a Boca”, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2023, apresentada por Romeu Zema (Novo), que visa eliminar a exigência de referendo popular para a venda de estatais, além de reduzir o quórum de votação dessas matérias no legislativo. O alvo dessa vez é a Copasa, que pode ser privatizada como forma de abater parte da dívida de Minas com a União.

Parlamentares da oposição afirmaram que a PEC representa um “retrocesso constitucional”, ao retirar da população o direito de se manifestar, por meio de referendo, sobre a privatização de estatais estratégicas. Trabalhadores da Copasa, sindicatos e movimentos populares se mobilizam contra a entrega

do patrimônio público ao mercado financeiro. No dia 24/09, às 10h, haverá uma audiência pública na ALMG, e a convocação é de engajamento nas lutas em defesa das estatais mineiras.

O Sindágua/MG e o Sindieletro/MG alertam que a privatização do saneamento e da energia trará aumento de tarifas e perda de qualidade nos serviços. A categoria petroleira conhece bem essa realidade, a exemplo das privatizações que ocorreram no setor como a da REMAN.

A venda da refinaria, concluída no final do governo Bolsonaro, trouxe redução drástica da atividade de refino, aumento da importação de combustíveis, preços abusivos para a população da região, precarização do trabalho e perda bilionária de arrecadação pública.

Técnicos de Segurança seguem em greve na Regap

Em busca de melhores salários, benefícios e escalas de trabalho, os técnicos de Segurança do Trabalho, contratados da empresa Previne, prestadora de serviços na Regap, permanecem em greve desde 29/08, mesmo com denúncias de ameaças e liminar do TRT/MG concedida à empresa.

O Sindipetro/MG recebeu denúncia referente à convocação de profissionais não habilitados para desempenhar funções de trabalhadores grevistas, inclusive no atendimento de emergências. A situação é

gravíssima e já foi reportada à fiscalização da Petrobras. “Se for confirmada, essa situação é inaceitável. Além de ser uma ação antissindical durante a greve, isso compromete a segurança de todos na refinaria”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Desde o início da greve, foram realizadas audiências de conciliação na Superintendência do Ministério do Trabalho de Minas Gerais e, no dia 23 de setembro, haverá uma audiência no TRT/MG.



O Sindipetro/MG esteve presente em ato na Praça 7, no dia 13, para denunciar o genocídio em Gaza e prestar apoio à Global Sumud Flotilha. A estimativa é que há pelo menos 250 mil pessoas fugindo dos bombardeios e mais de 1 milhão que permanece resistindo à invasão de Israel.